



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO  
Secretaria Executiva do COPAM

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG  
Datas: 11/05/2012 às 09:00 hs

Aos 11 (onze) dias do mês de maio do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a octogésima oitava reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Lilian Costa Damasceno, 1º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sr. Flávio da Costa Santos, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. José Franco Basílio, 2º suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sra. Dora Marques Peres Drummond, 1ª suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sr. Fábio Pergher, titular da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sr. José Oliveira da Silva, 1º suplente do Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Sr. Reginaldo de Camargo, 2º suplente da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** Gostaríamos de desejar as boas vindas a conselheira Elaine Cristina Ribeiro Lima, que é representante do Sindicato dos produtores rurais e ao conselheiro do IBAMA – José Franco Basílio que também está passando pela primeira vez nessa reunião. Sejam bem vindos. Como de praxe nesse conselho agente fará inversão da pauta fazendo comunicado aos conselheiros e assuntos gerais no mesmo momento e eu passo a palavra aos senhores conselheiros. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros e Item 11 - Assuntos gerais.** THIAGO (FIEMG) Bom dia a todos, vou aproveitar o espaço pessoal, eu deixei ai com vocês, é uma propaganda mesmo, nós vamos realizar aqui no dia 31 o segundo Workshop do Programa Brasileiro de Simbiose Industrial, esse workshop pessoal, vai tentar trazer interações para criar oportunidade para empresas do setor industrial de vários ramos. Então dia 31 o participante da empresa poderá estar aqui na FIEMG a partir das 08:00 horas, nos vamos estar implementando esse workshop, eu vou enviar via eletrônico para vocês o convite e gostaria que vocês me ajudassem a divulgar porque a participação dessas empresas



pode trazer, como diz o cartaz ai, a redução de uso dos recursos naturais, uso da água potável, resíduos perigosos, emissão de CO2, questões logísticas, poluição, envio de resíduos para aterros. O que nos buscamos é a interação entre as empresas o resíduo ou recurso de uma empresa pode ser um insulto à outra e lembra-lós novamente que a bolsa de resíduos da FIEMG continua, estamos ai quase atingindo as metas desse ano mas quanto mais vocês divulgarem mais nos vamos poder melhorar esse sistema no nosso estado, no nosso país. Obrigado. CARLOS VALERA (PGJ) Bom dia a todos. Primeiramente eu queria dizer que dia 16 de maio agora, um trabalho feito pela ABA, obviamente do PN 12 estará sendo assinado lá em Belo Horizonte na sede da SEDRU convênio para criação de consórcios dos municípios de Santa Juliana, Nova Ponte, Perdizes e Pedrinópolis para questão da criação dos aterros sanitários regionais. Então nos vamos ter ai num futuro próximo à resolução definitiva dessa questão. E também aos conselheiros eu não sei se receberam por correio eletrônico ou viram no diário oficial, que foi publicada a DN 175 que interfere sobremaneira em nossos trabalhos porque o estado depois de uma luta e todos os conselhos em especificamente do Ministério Público reconheceu que os empreendimentos hidrelétricos a necessidade de avaliação ambiental integrada. Então era uma reivindicação antiga aqui nossa nesse sentido e graças a Deus houve sensibilidade do governo e a DN 175 está valendo. Até a nossa presidente brincava comigo que o meu colega da coordenação do Noroeste tinha recomendado a ela que fizesse a avaliação ambiental integrada nos procedimentos e ela disse a ele, brincando, que agora não cumpriria a requisição porque o próprio estado havia determinado essa providência. Então fica ai o registro de parabéns a SEMAD que com sensibilidade, obviamente após convencer com argumentos técnicos houve por bem a deliberação dessa questão. ELAINE (FAEMG) Eu queria dizer que é uma honra estar aqui ocupando essa cadeira, eu participei do conselho na época da formação mesmo bem no início que as reuniões eram até itinerantes, eu vejo que a turma mudou praticamente inteira. Então se eu apanhar um pouco vou precisar da paciência de vocês e no mais estou a disposição para o que eu puder contribuir. SILVIA (PRESIDENTE) mais nenhum conselheiro? Com relação Srs. Conselheiros a DN 175, a Supram irá fazer o encaminhamento para os senhores e caso tenha alguma dúvida de interpretação a Supram também está a disposição através da Kamila para esclarecer as dúvidas que por ventura venham a surgir. Então nos passamos nesse momento para o item 4. **Item 4 - Exame da Ata da 87ª RO de 13/04/2012.** Caso não haja nenhuma sugestão de alteração, agente coloca em votação e solicita que quem estiver de acordo com a ata permaneça como está ou manifeste voto contrário. JOSÉ (AMEDI) vou me abster porque não estava presente na reunião. SILVIA (PRESIDENTE) ata aprovada com abstenção do conselheiro. Item 5 da nossa pauta como de praxe agente fará a leitura de toda a pauta colocando em destaque e votando os outros processos em bloco. **Item 5 - Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 5.1 - Triângulo Metais Ltda. - Reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores - Uberlândia/MG - PA/Nº 00215/2001/005/2008 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTA pelo Conselheiro Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG. Item 6 - Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 - Jaime César Paulino/Fazenda São João - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de corte - Indianópolis/MG - PA/Nº 05665/2010/002/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) destaque. 6.2 - Romilda Maria Martins/Fazenda Bananal - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de leite - Araguari/MG - PA/Nº 01023/2012/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram**



93 TMAP. NATHALIA (OPA) destaque. **Item 7 - Processos Administrativos para exame da**  
94 **Licença de Instalação Corretiva: 7.1 - Gerdau Aços Longos S.A. - Depósito de sucata**  
95 **metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos,**  
96 **graxas ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxicos - Uberaba/MG - PA/Nº**  
97 **16663/2011/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA**  
98 **(PGJ) destaque. 7.2 - Cocal Cereais Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento,**  
99 **instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Uberlândia/MG -**  
100 **PA/Nº 12030/2005/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve**  
101 **destaque. Item 8 - Processos Administrativos para exame da Licença de Operação**  
102 **Corretiva: 8.1 - Mj Indústria e Comércio de Confeções Ltda.-ME - Lavanderia**  
103 **industrial com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do**  
104 **vestuário e artefatos diversos de tecidos - Patos de Minas/MG - PA/Nº**  
105 **23823/2009/001/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA**  
106 **(PGJ) destaque. 8.2 - Sebastião Xavier Soares e Outros/Fazenda Canjerana -**  
107 **Suinocultura (crescimento e terminação) e formulação de rações balanceadas e de**  
108 **alimentos preparados para animais - Lagoa Formosa/MG - PA/Nº 07258/2006/002/2011 -**  
109 **Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 8.3 - Macedo & Souza**  
110 **Ltda. - Posto revendedor de combustíveis - Ituiutaba/MG - PA/Nº 01072/2002/001/2002 -**  
111 **Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ) destaque. 8.4 - Inpa**  
112 **- Indústria de Embalagens Santana S.A. - Fabricação de papéis e fabricação de papelão**  
113 **ondulado - Uberaba/MG - PA/Nº 03725/2005/002/2010 - Classe 3 - Apresentação:**  
114 **Supram TMAP. O município é realmente Uberaba, mas no parecer da Supram consta**  
115 **Uberlândia ficando essa correção. NATHALIA (OPA) destaque. 8.5 - TP Indústria e**  
116 **Comércio de Madeiras Ltda. - Desdobramento da madeira - Nova Ponte/MG - PA/Nº**  
117 **16907/2009/001/2011 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA**  
118 **(PGJ) destaque. Item 9 - Processos Administrativos para exame de Revalidação da**  
119 **Licença de Operação: 9.1 - Laticínios Tirolez Ltda. - Preparação do leite e fabricação de**  
120 **produtos laticínios - Arapuá/MG - PA/Nº 00102/1997/007/2011 - Classe 5 -**  
121 **Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ) destaque. 9.2 Britagem São**  
122 **Lucas Ltda. - Extração de rocha para produção de britas, obras de infra-estrutura,**  
123 **pilhas de rejeito/estéril, estradas para transporte de minério/estéril e unidade de**  
124 **tratamento de minerais - UTM - Uberlândia/MG - PA/Nº 00126/1994/006/2011 - DNPM**  
125 **nº 83.7074/1993 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. SUPRAM – destaque.**  
126 **KAMILA (SUPRAM) o destaque é para corrigir a condicionante 5 (cinco) onde consta item 6**  
127 **é item 5 deste parecer. SILVIA (PRESIDENTE) Srs. Conselheiros como o destaque da**  
128 **Supram e apenas a correção do texto da condicionante, agente votara esse processo com os**  
129 **outros em bloco. 9.3 Bunge Fertilizantes S.A. (Ex - Manah S/A) - Formulação de adubos**  
130 **e fertilizantes - Uberaba/MG - PA/Nº 00109/1981/010/2011 - Classe 4 - Apresentação:**  
131 **Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ) destaque. Item 10 - Processo Administrativo**  
132 **para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação Corretiva:**  
133 **10.1 Geraldo José Arantes - Suinocultura (crescimento e terminação) - Monte Alegre de**  
134 **Minas/MG - PA/Nº 08458/2006/001/2006 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não**  
135 **houve destaque. SILVIA (PRESIDENTE) então senhores conselheiros nos tivemos destaque**  
136 **nos itens: 6.1; 6.2; 7.1; 8.1; 8.3; 8.4; 8.5; 9.1; 9.3 e esses processos serão discutidos**  
137 **posteriormente. Então agente coloca agora em votação os itens 7.2; 8.2; 9.2 e 10.1. Senhores**  
138 **conselheiros que concordarem com parecer da Supram permaneçam como estão ou manifeste**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO  
Secretaria Executiva do COPAM

139 voto contrario neste momento. Processos aprovados. Então abriremos neste momento para  
140 discussão do item 5.1 – **Triângulo Metais Ltda. - Reciclagem de pilhas, baterias e**  
141 **acumuladores - Uberlândia/MG - PA/Nº 00215/2001/005/2008 - Classe 5 – Apresentação**  
142 **pelo Conselheiro Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG.** THIAGO  
143 (FIEMG) eu pedi para Supram encaminhar aos conselheiros, primeiro um relatório de vista e  
144 depois um relatório montado pela empresa em questão. Para agente poder iniciar as nossas  
145 discussões eu gostaria de fazer um histórico que tem o viés econômico, mas ele está  
146 entrelaçado com as questões ambientais. A empresa está pedindo uma revalidação de licença  
147 de operação e isso pressupõe que ela estava com sua licença de operação valida e operando.  
148 Dentro do dia a dia da empresa, existia uma consultoria que também estava atuando e houve  
149 uma questão de separação de sócios quando ocorreu essa separação, e infelizmente nos  
150 sabemos que quem mais sofre são alguns dos gastos mais pesados então a assessoria  
151 infelizmente não pode atuar. Dessa forma até que se resolvesse essa questão societária a  
152 empresa diminuiu alguns dos gastos, não há justificativa, mas estou apresentando a situação, e  
153 fui procurado pela empresa quando me falaram que existe uma nova situação, que o corpo  
154 diretor que assumiu tem sim e vai continuar com sua regularização ambiental e nós nos  
155 deparamos então com processo de revalidação com parecer da Supram pelo indeferimento. Eu  
156 fiz esse relatório de vistas e destaquei que, respeitosamente como diz nosso promotor Carlos  
157 Valera, a vistoria da Policia Militar trouxe algumas fotos que municiaram esse laudo.  
158 Concorde que temos que destacar que as fotos e as informações não são acompanhadas de  
159 laudos periciais, então nos não temos uma questão de exame laboratorial, questão de pericia  
160 que comprove a relação que foi mencionado e indicado o órgão ambiental. O órgão ambiental  
161 recebeu a denuncia logicamente, e em cima dessa vistoria ele pediu o indeferimento do  
162 processo. Eu visitando a empresa e depois recebendo aqui todo material nos entendemos que  
163 houve realmente uma questão visual de abandono, conforme dito anteriormente, até por  
164 questões da assessoria ter se afastado por questões financeiras, mas os laudos trazidos aqui  
165 para nos comprovam que não existe contaminação, que o procedimento sofreu realmente com  
166 a questão visual, mas toda atividade de reciclagem e aproveitamento tem um viés forte e o  
167 apelo da figura depreciativa. Mas dentro do empreendimento não ocorre essa contaminação da  
168 água, os processos foram passados aqui com conhecimento técnico o que descarta a questão  
169 de não conhecimento ocorrendo à contaminação e o conhecimento para evitar essa  
170 contaminação e eu gostaria então de consultar os conselheiros e até a equipe técnica e pedir a  
171 reconsideração desse parecer técnico porque o parecer técnico trás apenas a vistoria com  
172 laudos fotográficos e gostaria dessa reconsideração porque nos não temos o substrato técnico  
173 que desconsidere e deixe um deferimento ai para a empresa. Esse é o meu pedido e gostaria  
174 de colocar ai em discussão. O empreendedor e o técnico deles estão? Se tiver alguma dúvida  
175 ele pode nos ajudar. FÁBIO (FEDERAMINAS) eu só queria endossar uma coisa aqui que  
176 analisando os laudos, tem um laudo do departamento de química da Universidade Federal de  
177 Uberlândia que faz todo monitoramento até dia 5 de maio agora e que não há contaminação  
178 em lençol hídrico, nem de solo e nem no riacho que passa próximo a atividade. Uma coisa  
179 interessantíssima também, é que todas as fotos que foram tiradas pela florestal já foram feitas  
180 uma serie de correções que estão documentadas também no mesmo laudo. Uma coisa que é  
181 muito interessante é que nos não podemos julgar nada aqui em achismo tem que ser em cima  
182 de laudos técnicos, porque se for julgar por aparência vão cometer muitas falhas  
183 principalmente quando se diz em função de contaminação de água e solo. Então eu só queria  
184 destacar que o que tinha de trinca que foi citado ali no muro principalmente, o laudo ele é uma



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

185 trinca acima de 1 (um) metro de altura e o rejeito fica depositado no solo. Então só frisar que  
186 não existe nenhum embasamento técnico para esse indeferimento. SILVIA (PRESIDENTE)  
187 Então vamos ouvir a equipe técnica por favor. RICARDO (SUPRAM) Não obstante a questão  
188 econômica do empreendedor que foi discutida aqui, não foi achismo com todo respeito ao que  
189 foi declarado. Só esclarecendo esse processo já está conosco a cerca de 3 (três) anos, passou  
190 por vários gestores, 3 (três) gestores, foi passado ofício de informação solicitando  
191 oportunidade ao empreendedor justamente por se tratar de um processo de reciclagem porém  
192 todas as vistorias foram detectadas algumas irregularidades e sempre foi dada oportunidade ao  
193 empreendedor de estar sanando essas irregularidades. Na última vistoria, não foi feito um  
194 laudo, uma análise baseada em fotos dos colegas da polícia, até elogiar porque eles dão  
195 excelente apoio para nós. Eles nos trouxeram essa informação de uma situação do  
196 empreendimento, como o empreendimento estava em processo conosco de revalidação você  
197 supõe que tudo esteja funcionando de acordo, ou seja, para o empreendimento funcionar com  
198 uma revalidação ele tem que estar com todos sistemas de controle instalados, operando e  
199 funcionando e não foi observado. Então foi efetuado uma vistoria conjunta com vários  
200 colegas, vários profissionais, e essas fotos foram tiradas pela equipe da Supram. O relatório  
201 fotográfico existe da polícia, mas o que está elencado ao processo é o da equipe da Supram. E  
202 contrariando essa informação de que não há contaminação, existe um laudo do professor  
203 Nishiyama que foi contratado pelo próprio empreendedor que atesta que a área encontra-se  
204 suspeita de contaminação, motivo pelo qual essa área está cadastrada na FEAM como área  
205 contaminada e suspeita de investigação. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) A questão,  
206 respeitosamente conselheiro Fábio colega de profissão, é a questão da água. O chumbo ele  
207 não dá em água conforme o professor falou a questão é atmosférica. O equipamento de  
208 controle que ficou de ser instalado não foi instalado, certo? O aterro de resíduo industrial  
209 perigoso ele está na sua sustentação máxima e não tem outro aterro. Então não é questão de  
210 laudo só, o laudo foi sim avaliado, o empreendimento fez algumas adequações sim mas nos  
211 fomos em cima do que: condicionante da licença de operação, monitoramento contínuo – não  
212 está sendo feito, instalação dessas medidas de controle. Foi instalado 3 (três) fornos, 1 (um)  
213 forno está enclausurado e os outros fornos não estão enclausurados e tem só 1 (um) sistema de  
214 controle. Então não foi em cima de laudo, mas em cima de constatação e avaliações técnicas.  
215 FLÁVIO (SEDE) José Roberto, eu dei uma olhada aqui no relatório, eu até entendi o que  
216 vocês falaram, entendi aqui o relatório que foi feito pela FIEMG. Nessa última visita que  
217 houve da polícia de meio ambiente, vocês estão fazendo um fechamento a proposta de  
218 indeferimento pelo contexto do que a empresa fez ou deixou de fazer, ou tem peso maior a  
219 questão dessa última visita porque pela última visita pelo que eu pude entender, me corrige se  
220 eu estiver errado, pela última visita não tem dados suficientes para agente poder falar assim: a  
221 empresa ela é tão incompetente para não dar conta ou não querer fazer o que deve ser feito.  
222 Na verdade a questão da prevenção e precaução ela tem que ser buscada por qualquer  
223 empreendimento que queira produzir, que queira se manter no mercado. No fechamento de  
224 vocês o que mais pesa pela proposta de indeferimento porque pelos laudos, eu particularmente  
225 olhando todo o contexto, e avaliando que existe realmente a necessidade das empresas se  
226 adequarem, porque quando você propõe indeferimento quer dizer que os recursos acabaram,  
227 vamos fechar as portas, manda todo mundo embora eu entendo assim. Então o que agente  
228 poderia então avaliar, que mais chama a atenção para essa proposta pelo indeferimento,  
229 porque se agente pegar somente o último laudo para mim eu não estou muito convencido que  
230 tem que indeferir mesmo porque conforme suas palavras a empresa fez alguma coisa, então



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

231 quer dizer ela não ficou de braços fechados e não quis se comprometer. Obviamente pelo que  
 232 eu pude perceber também houve falhas e se existem falhas a necessidade de correção. JOSÉ  
 233 ROBERTO (SUPRAM) conselheiro Flávio é o seguinte a questão que o senhor falou, a visita  
 234 e a vistoria, porque conforme o cronograma de execução nos estamos com os papéis e todos  
 235 esses papéis estão no processo, está até presente aqui, o RADA seria aquele ali, a informação  
 236 complementar com os laudos e esse aqui, então o que eu estava conversando aqui com o  
 237 conselheiro Fabio, e que ele para revalidar a empresa no total não tem todas as medidas de  
 238 controle, então para revalidar teria que entrar com novo processo do que pode operar essa que  
 239 é a questão. Operar não tem a medida de controle hoje para operar no total, não sei se é  
 240 questão financeira, não sei o que aconteceu, foi dado oportunidade sim, o que o senhor falou a  
 241 empresa fez sim, agora esse parecer da Supram, a equipe técnica vai se manifestar também,  
 242 então não é questão de fechar empreendimento, nos não estamos aqui para mandar  
 243 simplesmente mandar fechar as portas, estamos dando uma oportunidade alias da empresa  
 244 recuperar e começar do que tem, e o que tem é a medida de controle para aquela capacidade e  
 245 não para revalidação de uma licença total, pois tem dois fornos que não estão enclausurados,  
 246 o sistema de controle a empreendedora falou que não conseguiu devido a situação financeira  
 247 já tem os equipamentos mas não estão instalados. A questão do aterro de resíduo perigoso  
 248 industrial agente foi lá tinha um que estava encerrado e o outro começando, hoje chegou lá o  
 249 professor Luiz fez os estudos de investigação de passivo e está em investigação sob suspeita  
 250 de contaminação. Então se eu falo que há suspeita, não afirmo que há contaminação porem  
 251 pode vir a ser, então não é uma medida só de precaução. A equipe técnica poderia se  
 252 manifestar também. RODRIGO (SUPRAM) só para resumir o caso, porque se não vamos  
 253 partir para uma coisa aqui... tem que fechar? A questão e está nos estamos analisando  
 254 pontualmente o empreendimento, o empreendimento requereu uma avaliação em 2008, ele já  
 255 teve tempo mais que o suficiente, oportunidade mais que o suficiente para ele fazer a correção  
 256 e implementar as medidas necessárias. Ele apresentou cronogramas, esses cronogramas não  
 257 foram cumpridos e a última vistoria foi a gota d'água, eu já tive reunião com o diretor lá, o  
 258 responsável, não sei quem que era na época, Mario né? Mario que era o responsável lá, agente  
 259 teve reunião, você quer oportunidade para corrigir? Quero. Então a Supram vai dar essa  
 260 oportunidade, a Supram não está aqui para fechar empreendimento, Supram está aqui para por  
 261 os empreendimentos para funcionar de acordo com a técnica e a lei exige. Oportunidade foi  
 262 dada, tempo foi dado, houve algumas melhorias porem piorou demais, a ultima vistoria  
 263 constatou isso, vir aqui pintar alguma coisa, corrigir uma rachadura, fazer uma maquiagem  
 264 não é o suficiente tem que implementar uma medida de controle e isso não está  
 265 implementado. Por isso é que o parecer da Supram é pelo indeferimento agora a empresa tem  
 266 que se adequar para entrar com novo procedimento. Não é caso de tentou-se tudo não é  
 267 possível mais nada, não, neste processo se encerrou, o parecer da Supram é pelo  
 268 indeferimento, não há como dar mais oportunidade já foi dado mais que o suficiente, agente é  
 269 cobrado, a Supram é cobrada então agente não pode ficar omissos nessas questões. E quanto a  
 270 questão da contaminação ou não, a área está cadastrada sob suspeita, isso está sendo  
 271 encaminhado pelo órgão responsável da SEMAD que é a GEMOG e está sendo  
 272 acompanhado, ela está constando na lista de 2011, então isso vai ser encaminhado e vai ter os  
 273 procedimentos la independente do processo de licenciamento isso não tem ligação ao  
 274 processo de licenciamento, se foi indeferido ou não esse procedimento da GEMOG caminha  
 275 tem a sua continuidade. FABIO (FEDERAMINAS) Eu queria saber se dentro do conselho já  
 276 houve uma ação precedente em casos como esse aqui, nesse momento do indeferimento, eu

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

277 não vou discordar desse ponto diante de dúvidas, eu gostaria de saber se há a possibilidade na  
278 hora de entrar no próprio processo, se entra com esse ou entra com outro. Quais são as  
279 operações que podem ser mantidas até que haja correção? SILVIA (PRESIDENTE) Sr.  
280 conselheiro após a finalização desse processo o empreendedor pode entrar a qualquer  
281 momento com nova regularização e essa nova regularização vai ser uma licença de operação  
282 corretiva porque ele perdeu a licença, se for aprovado o indeferimento ele perde a revalidação.  
283 Uma coisa senhores conselheiros que tem que ficar muito clara aqui que agente está  
284 analisando uma revalidação, revalidação agente analisa o funcionamento daquela empresa em  
285 determinado período e ela não conseguiu comprovar a eficiência do seu sistema e alguns  
286 sistemas não estão nem implantados, é isso que está sendo analisado dentro desse  
287 licenciamento. CARLOS VALERA (PGJ) é exatamente esse reforço e argumento que agente  
288 queria ponderar com os senhores conselheiros, eu particularmente recebi o material do Dr.  
289 Thiago, recebi o material da empresa e li todo o material. Essas coisas têm que ser ressaltadas,  
290 é desde 2008 que tem se oportunizado então ninguém pode falar em intolerância ou  
291 intransigência da Supram, muito pelo contrario na minha avaliação houve até muita  
292 deferência da Supram que outros empreendimentos não tem, é obvio a atividade é importante  
293 de reciclagem. Tem que analisar também o aspecto jurídico, nos aprovamos a licença, as  
294 condicionantes somos nós que aprovamos e elas não foram cumpridas. Então vamos dizer  
295 assim é um ato que tem que ser levado em linha de conta. Outra questão como o conselheiro  
296 Fabio bem disse essa questão é técnica, os técnicos a unanimidade e inclusive é baseado no  
297 estudo do próprio empreendedor demonstram ineficiências do sistema de controle. Não há  
298 filtro, como se opera sem filtro com chumbo e outros metais pesados. Não há aterro classe 1  
299 (um) como pode funcionar? Vai depositar aonde? Então é obvio, não há a questão do puro  
300 simples fechamento e a demissão dos funcionários como ponderado pelo conselheiro Flavio,  
301 o que existe é a necessidade de se reapresentar um novo processo, com novos sistemas de  
302 controle. Então eu gostaria de chamar a atenção para essa situação que também não é  
303 interessante para o empreendedor porque eventualmente a modificação do parecer técnico vai  
304 redundar em um questionamento judicial, então não vejo porque não ter essa cautela de  
305 aceitar o posicionamento e buscar regularização. Só para completar Senhora Presidente eu  
306 queria levantar uma questão de ordem se eventualmente houver a modificação do parecer eu  
307 gostaria de propor uma condicionante vou deixar isso já pontuado aqui, muito obrigado.  
308 THIAGO (FIEMG) Eu gostaria de ouvir o empreendedor para dente poder é.... porque nos  
309 estamos aqui com questões levantadas de que existe laudo com contaminação e existe os  
310 técnicos nos informando que os procedimentos de gestão não são suficientes e todas as  
311 observações do Ministério Público que foi feito agora. SILVIA (PRESIDENTE) Então vamos  
312 ouvir o empreendedor agora. Bom dia, Senhoras e Senhores, me desculpem à inexperiência, é  
313 a primeira vez que participo, eu me chamo Maria da Glória sou da Triângulo Metais e gostaria  
314 de explicar e dizer com todo respeito ao Sr. promotor e a todas pessoas da mesa que não é  
315 verdade que não exista filtro, não é verdade existe filtro a empresa alias nos temos filtro de  
316 grande capacidade, o que nos tivemos a partir de 2009 foi um problema financeiro e no qual  
317 nos já estávamos mais da metade do processo, nos estamos com a parte toda de caldeiraria  
318 pronta e faltou uma mão de obra cara e especializada onde se baixa o oxigênio e o óleo para  
319 esse processo estar funcionando. Mas esse seria um novo processo, quanto a capacidade do  
320 aterro, o aterro tem capacidade para mais duas valas como nos temos possibilidade de  
321 comprar uma outra área e pedirmos que seja trocada porque nos temos área para estender o  
322 aterro. O fechamento ou paralisação da empresa, é uma coisa para nós ao meu ver muito



323 grave, porque se eu paralisar hoje e não puder entregar, eu tenho que parar, eu estou em uma  
324 situação de recuperação extrajudicial, eu tenho aqui essa recuperação extrajudicial, eu trouxe  
325 um vídeo da empresa aonde pode ser constatado a atividade de reciclagem não é uma  
326 atividade bonita, na atividade de reciclagem é usado carvão, é usado ferro, o que pode ser  
327 muito confundido por pessoas que desconhecem. Então se eu pudesse eu gostaria de  
328 apresentar o vídeo e o técnico vai poder falar Dr. sobre a questão do filtro e as outras questões  
329 que foram faladas pela Supram. CARLOS VALERA (PGJ) A senhora me permite uma  
330 interrupção? A senhora escreveu no seu relatório aqui pagina 15 (quinze) vou ler para  
331 senhora: “Na figura 19 (dezenove) foi apontada a não instalação de filtro de manga, como já  
332 informado a empresa passa por um processo de recuperação extrajudicial o que dificultou a  
333 instalação de todo sistema de emissão de controle atmosférico”. Então a senhora que está  
334 dizendo que não tem filtro. Bom dia a todos, meu nome é EDUARDO (Químico Empresa  
335 Triângulo Metais) Prezado promotor Carlos o que as vezes agente se expressou mal agente  
336 não conseguiu instalar todo sistema, mas agente já tinha o sistema do filtro manga que foi  
337 levado para pessoal da FEAM foi o enclausuramento dos outros três filtros, um foi  
338 enclausurado está ligado ao filtro manga e funciona normalmente, os outros dois não foi  
339 possível fazer até foi apontado no relatório do pessoal. No caso do aterro estamos com a  
340 capacidade máxima já foi pedido a abertura de uma nova vala, então casa seja concedido ou a  
341 revalidação ou independentemente se agente for entrar com novo processo, iremos abrir a  
342 nova vala e entraremos com pedido para operar com 1 ou no Maximo 2 fornos, porque com 3  
343 fornos não é mais interessante agente operar. A respeito do relatório de avaliação do solo, eu  
344 acho que foi em torno de 30 pontos, 1 ponto deu valor de investigação e esse ponto foi ponto  
345 de superfície foi um ponto abaixo de 5 cm do solo. SILVIA (PRESIDENTE) Srs.  
346 Conselheiros vamos ouvir novamente a equipe técnica porque o que agente está discutindo é a  
347 revalidação, vamos ver se a equipe pode informar se o RADA apresentou eficiência do  
348 sistema de controle que foi prevista nas licenças anteriores. IGNACIO (SUPRAM) O RADA,  
349 como todo mundo sabe nada mais é que uma avaliação de desempenho ambiental, não houve  
350 desempenho ambiental realizado pela empresa, teve deficiência de comprovação de  
351 condicionante, de automonitoramento que não foram apresentadas. Foi dado a chance e o  
352 empreendimento não deu, então o indeferimento do RADA, especificamente e pelo não  
353 desempenho ambiental da empresa, e só para deixar ressaltado na primeira vistoria que nos  
354 realizamos lá, eu e o outro técnico passamos mal só de andar dentro do empreendimento e na  
355 ultima vistoria o policial ambiental também saiu de lá passando mal porque não estava  
356 suportando mais, então se uma empresa tem medida de controle, ninguém estaria passando  
357 mal lá dentro. SILVIA (PRESIDENTE) Mais algum questionamento Srs. conselheiros?  
358 THIAGO (FIEMG) sem querer polemizar também, mas eu gostaria de entender o seguinte,  
359 esse chumbo ele consegue chegar na atmosfera? Alguém pode me auxiliar, por favor.  
360 EDUARDO (Químico da Empresa Triângulo Metais) Thiago, caso não tenha as medidas de  
361 controle, durante a retirada do forno você pode estar gerando partículas ou então durante o  
362 carregamento que pode chegar sim na atmosfera, visto que, o material não vai ai para longe  
363 sempre vai ficar em torno da área. Quero ressaltar que com o forno que estamos trabalhando  
364 todo o material está sendo contido, visto que estão trabalhando só com um forno, o que foi  
365 apontado aqui e que não cumprimos todo o cronograma porque nos pedimos para três fornos,  
366 realmente devido a problemas judiciais e financeiros conforme foi apontado não conseguimos  
367 cumprir para três fornos, mas no forno que estamos trabalhando, o processo é eficiente.  
368 RICARDO (SUPRAM) só para destacar não só a questão do chumbo, mas nesse processo ha



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

369 o manuseio de ácido sulfúrico e também na vistoria como o Ignácio salientou era muito  
370 perceptível o cheiro de ácido no empreendimento inclusive observou-se até a mortalidade de  
371 vegetação em contato com efluente contendo solução ácida. THIAGO (FIEMG) Eu gostaria  
372 de destacar, respeitosamente ao nosso técnico, mas constatou-se por meio de fotografia então  
373 nos não temos como confirmar se essa contaminação foi do efluente mesmo. Eu só gostaria de  
374 constar isso. EDUARDO (Químico da empresa Triângulo Metais) Eu quero falar sobre a  
375 questão do ácido, que se agente não tivesse tratando todo ácido proveniente do corte ou  
376 bateria agente não teria aquele tanto de lodo gerado, então uma prova que agente trata o ácido  
377 é que agente tem o lodo lá resultado do tratamento do ácido. Agora se você corta, como  
378 acontece o corte da bateria, no momento do corte naquele local vai ter alguns vapores de  
379 ácidos, mas é só no local do corte, pois todo o ácido é encaminhado para estação de  
380 tratamento e é tratado com cal virgem tanto é que agente tem o lodo para comprovar. MARIA  
381 DA GLORIA (Representante Triângulo Metais) e mesmo com esse tratamento, não existe  
382 como foi apontado nesse tratamento, não existe chumbo a reciclagem precisa ter uma  
383 otimização enorme nos processos para que você não tenha desperdício porque o ganho em  
384 uma reciclagem ele é pequeno, nos temos problemas ambientais, nos temos um ganho  
385 pequeno, nos temos uma discussão enorme em relação ao meio ambiente, nos temos o dólar  
386 eu concorre porque as empresas preferem, não tem uma regularização onde as empresas  
387 prefiram importar do que reciclar. Então eu gostaria de esclarecer que quando a gente entra  
388 em uma padaria e o pão acabou de sair ele cheira pão certo? Quando agente entra na Natura...  
389 ele cheira, quando está se cortando uma bateria ele cheira ácido porque é do processo da  
390 bateria. Agora o que eu quero, eu não estou com a intenção aqui de ser uma pessoa que burla  
391 o processo, que esteja longe e não queira atender o processo, eu quero atender, eu tenho uma  
392 responsabilidade pessoal, porque financeira eu estou bem comprometida, eu tenho  
393 responsabilidade de um aterro que precisa estar sendo monitorado por mim lá, pelo pessoal da  
394 empresa, eu tenho baterias lá, não é um empreendimento que possa ser abandonado e não é  
395 um empreendimento que eu possa receber uma multa entendeu? ou alguma coisa e eu possa  
396 pagar. Porque eu só posso morrer por isso entendeu? Diante dessas situações. Então eu queria  
397 mostrar nos temos um vídeo, nada foi maquiado, eu conheço a inteligência de todos e respeito  
398 a todos para pensar em querer maquiar alguma coisa e que ninguém aqui fosse perceber. Eu  
399 só quero mostrar que a minha atividade ela não é tão marginal quanto parece, ela não é  
400 Doutor, ela não é. Entendeu, eu tenho alguns problemas e eu quero me readequar eu quero  
401 continuar no mercado e não posso abandonar lá, e o senhor melhor do que ninguém sabe que  
402 eu não posso fechar um dia porque mil reais hoje faz diferença. Então eu preciso de uma  
403 acomodação, eu preciso de uma solução. SILVIA (PRESIDENTE) Ok, senhora  
404 empreendedora. Srs. Conselheiros, o vídeo que a empresa está solicitando que seja  
405 apresentado é um vídeo institucional que a Supram já deu uma analisada antes no vídeo, não  
406 trás nenhuma informação acerca da discussão aqui neste momento, mas agente coloca a  
407 apreciação de vocês se vocês querem ver o vídeo institucional, ou se agente já pode finalizar  
408 essa discussão das questões técnicas e legais do empreendimento. Ninguém se manifestou.  
409 SILVIA (PRESIDENTE) então não justifica agente assistir o vídeo institucional vamos ouvir  
410 só o Anderson gestor do processo e agente finaliza. ANDERSON (SUPRAM) Thiago só  
411 esclarecer aqui que em cima de foto ou não, nos como servidores públicos, tudo que agente  
412 escreve no parecer ou fala aqui tem fé pública. SILVIA (PRESIDENTE) Ok. THIAGO  
413 (FIEMG) com certeza, não estou colocando em dúvida, eu quero entender porque no parecer  
414 vem muito simplificado então nos temos que por em discussão entendendo aí até pela



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO  
Secretaria Executiva do COPAM

415 complexidade do que está sendo explicado nos temo que ter a humildade de entender que  
416 agente propõe mas agente pode voltar atrás, então se for consentimento porque não pedir esse  
417 prazo para que a empresa faça a sua regularização para o que ela tem capacidade hoje porque  
418 pelo meu entendimento não foi uma questão de laudo fotográfico e sim a não eficiência, a não  
419 entrega de documentos, o que, vamos ser sincero, se agente reverter aqui o ministério público  
420 vai entrar com uma ação civil publica e acabou, vai ficar pior para o empreendimento. Muito  
421 pior. Então gostaria que quando vocês falam vamos dar os noventa dias para que ele entre  
422 com novo licenciamento como é que vai ser esse procedimento para a empresa? hoje faz se o  
423 indeferimento. KAMILA (SUPRAM) Então Thiago, isso é uma questão porque agente se  
424 preocupa muito e agente não orienta o conselho a votar nesse sentido. Se vocês colocam o  
425 prazo para que em 90 dias ele apresente um novo processo de licenciamento ambiental, vocês  
426 estarão sendo coniventes com a operação do empreendimento nesse prazo. Então o parecer da  
427 Supram é para indeferimento e ainda está lá na conclusão que deverá ser apresentado plano de  
428 desativação agora se o empreendedor quiser entrar com processo de licença de operação  
429 corretiva tudo bem, mas as atividades devem estar paralisadas e se houver fiscalização no  
430 local e estiver operando vai ser autuado por operar sem licença e vai ser suspensa as  
431 atividades. THIAGO (FIEMG) Eu gostaria de destacar que essa é uma determinação  
432 administrativa e que pela empresa estar dentro de um processo de recuperação judicial, eu não  
433 vejo eficácia para se paralisar porque se ele for recorrer o juiz não vai mandar parar porque  
434 ele tem que pagar as obrigações dele, gostaria até de entender se esse é o entendimento de  
435 vocês. Então como é que nos vamos estar sendo coniventes. CARLOS VALERA (PGJ) Eu  
436 acho que me expressei mal, o que a Kamila falou é absolutamente verdadeiro, o que nos  
437 sugerimos é que se fizesse, ela pode fazer amanhã, ou seja, tem condições se indefere hoje e  
438 amanhã ela já pode fazer uma nova proposta, isso não tem dificuldade nenhuma. E  
439 obviamente nesse período que ela vai ter que apresentar o plano de desativação da atividade  
440 se ela optou por retomar a atividade ela vai fazer o licenciamento corretivo, mas nesse  
441 sentido, agora aprovada aqui a licença é obvio que as atividade tem que ser paralisadas. Agora  
442 se já está em um processo de regularização e já tem todo arcabouço para fazer um novo  
443 pedido de uma LOC o efeito prático aqui do conselho vai ser nenhum porque indefere hoje  
444 que é sexta –feira, na segunda feira ele entra com um novo pedido. THIAGO (FIEMG)  
445 Gostaria de perguntar se tecnicamente se nos fizemos uma vista no empreendimento nos  
446 ajuda ou é uma questão realmente exaurida? A visita ao empreendimento nos ajudaria a  
447 entender, baixado em diligencia o processo, ou realmente está vinculado a questão do  
448 atendimento do RADA. SILVIA (PRESIDENTE) Thiago esse processo é da analise da  
449 revalidação, a analise do RADA já é pelo indeferimento. Então o que pode é o empreendedor  
450 entrar com um novo processo de licença de operação corretiva. Agente estava discutindo aqui,  
451 eu e a Kamila, porque esse empreendimento se eles tivessem sido autuado pelo órgão  
452 ambiental ele poderia até assinar um TAC para poder voltar a funcionar enquanto a licença de  
453 operação dele corra tramitação normal dentro do órgão né, mas o processo é pelo  
454 indeferimento, não existe possibilidade de baixar esse processo em diligencia e ele corrigir o  
455 RADA, porque o RADA é o desempenho durante a licença que estava vigente anterior então  
456 não tem possibilidade. Então vamos colocar em votação o parecer único da Supram. Sres.  
457 conselheiros que concordarem com parecer permaneçam como estão caso manifestem voto  
458 contrario. THIAGO (FIEMG) abstenção. Parecer aprovado, o processo teve sua revalidação  
459 indeferida. Item 6.1 - Jaime César Paulino/Fazenda São João - Avicultura de corte e  
460 reprodução e bovinocultura de corte. Destaque Nathália (OPA). NATHALIA (OPA) Eu só



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO  
Secretaria Executiva do COPAM

queria questionar sobre o uso de água no empreendimento, se é feita alguma lavagem dos  
balcões e etc. ANDERSON (SUPRAM) Quando o empreendimento estiver em operação não  
há lavagem, só desinfecção, é retirada a cama que é sólida é uma desinfecção somente.  
NATHALIA (OPA) Obrigada só isso. SILVIA (PRESIDENTE) Esclarecida conselheira?  
Então vamos colocar em votação o parecer da Supram Triângulo Mineiro do item 6.1 Jaime  
César Paulino, senhores conselheiros que concordarem com parecer da forma que está  
permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Parecer aprovado. Item 6.2 - Romilda  
Maria Martins/Fazenda Bananal destaque Nathalia (OPA). Era o mesmo questionamento do  
6.1 né, com relação ao uso de água no empreendimento, mas como já foi resolvido eu retiro o  
destaque. SILVIA (PRESIDENTE) Então em votação o parecer da Supram do item 6.2  
Romilda Maria Martins, os senhores conselheiros que concordarem com parecer permaneçam  
como estão ou manifeste voto contrário. Parecer aprovado. **Item 7.1 - Gerdau Aços Longos**  
**S.A.** Destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) É uma informação da  
equipe técnica, por favor parece que fez menção a uso de veículos movidos a óleo diesel, é  
isso? SILVIA (PRESIDENTE) Até o Ricardo localizar no parecer eu gostaria de fazer uma  
correção, Anderson desculpa que no item 7.1 consta município de Uberaba e o município é  
Uberlândia ta senhores conselheiros. ANDERSON (SUPRAM) Realmente incluir a  
condicionante do monitoramento da portaria Ibama 85\96. CARLOS VALERA (PGJ) Diante  
da constatação do técnico eu queria sugerir a condicionante do automonitoramento, da  
portaria Ibama 85\96 com redação padrão da Supram. IGNACIO (SUPRAM) É no  
automonitoramento é so acrescentar nos efluentes atmosféricos, veículos movidos a óleo  
diesel o parâmetro portaria Ibama 85\96 e a frequência anualmente. Acrescentar o  
automonitoramento. ANDERSON (SUPRAM) Dr. Carlos, como é também uma L.P uma  
L.I.C, acho que poderia ser condicionado na L.O também. CARLOS VALERA (PGJ) Sem  
problemas. ANDERSON (SUPRAM) Vamos deixar estabelecido para L.O então. SILVIA  
(PRESIDENTE) Esclarecido Dr. Carlos Valera? Então vamos colocar em votação o item 7.1  
Gerdau Aços Longos. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram  
permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Parecer aprovado. **Item 8.1 - MJ**  
**Indústria e Comércio de Confecções Ltda.-ME** – Destaque Carlos Valera (PGJ). CARLOS  
VALERA (PGJ) A indagação é a mesma, a questão dos veículos movidos a óleo diesel.  
ANDERSON (SUPRAM) Deixa eu, o empreendedor está presente, deixa eu identificar qual  
que é a frota dele. ANDERSON (SUPRAM) A frota é terceirizada então cabe à inclusão do  
monitoramento também. CARLOS VALERA (PGJ) Prazo anual? ANDERSON (SUPRAM)  
Isso. CARLOS VALERA (PGJ) Relembrando que é uma LOC. SILVIA (PRESIDENTE)  
Então os Srs. Conselheiros que concordarem com parecer da Supram na forma como está com  
alteração da condicionante cinco para que seja incluída no anexo 2 (dois) esse monitoramento  
da frota a diesel, permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Parecer aprovado.  
**Item 8.3 - Macedo & Souza Ltda.** – Destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA  
(PGJ) o empreendimento é classe 5 (cinco) então nos sugerimos a inclusão da condicionante  
da Lei do Snuc com a redação padrão da Supram. SILVIA (PRESIDENTE) Srs. Conselheiros,  
então vamos votar o item 8.3 Macedo & Souza os Srs. Conselheiros que concordarem com  
parecer da Supram permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. FLAVIO (SEDE)  
Contra. SILVIA (PRESIDENTE) Não, nós estamos colocando em votação o parecer da  
Supram, a condicionante será votada separadamente. Então vamos colocar em votação o item  
8.3, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram permaneçam como  
estão ou se não manifeste voto contrário. Parecer aprovado. Agora agente vai votar a inclusão



da condicionante número 8 (oito) que terá a seguinte redação: “Protocolar perante a gerencia de compensação ambiental do IEF no prazo Maximo de 30 dias contados no recebimento da licença, processo de compensação ambiental conforme procedimentos estipulados pela portaria IEF número 55 de 23 de abril de 2002. Os Srs. Conselheiros que concordarem com essa condicionante permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. FLAVIO (SEDE) Voto contra por não concordar. SIMONE (ABES) Voto contra. SILVIA (PRESIDENTE) Condicionante aprovada com abstenção dos dois conselheiros, voto contra de dois conselheiros. (Não se identificou ) O meu também é contra. SILVIA (PRESIDENTE) Então três votos contra. Condicionante aprovada. Item **8.4 - Inpa - Indústria de Embalagens Santana S.A.** Destaque Nathalia (OPA). NATHALIA (OPA) solicitar se no automonitoramento de efluentes líquidos pode adicionar amostragem de entrada e saída do tratamento parâmetro sulfeto. SILVIA (PRESIDENTE) Equipe técnica da Supram. IGNACIO (SUPRAM) Não tem problema não, pode acrescentar. SILVIA (PRESIDENTE) Mais algum questionamento Nathalia? Então os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram com alteração da condicionante cinco do anexo dois...FABIO (FEDERAMINAS) Porque sulfeto, sulfeto vai feder só, a nível ambiental eu queria entender o porque de colocar o sulfeto. NATHALIA (OPA) Com relação a equipe que fez análise do processo, foi colocado parâmetro sulfeto pelo tipo de empreendimento, pelo porte do empreendimento, atividade exercida e esse parâmetro de sulfeto ele foi colocado para análise como questão de possíveis impactos, foi repassado isso para gente e agente pegou e sentou na nossa análise de pré copam para fazer essa análise do parâmetro de sulfeto. JOSE ROBERTO (SUPRAM) Conselheira Nathalia a questão é a seguinte, tem parâmetro na legislação do sulfeto no lançamento liquido? Sulfeto ou Sulfato? É CO4? FABIO (FEDERAMINAS) O sulfeto não é atmosférico, que nem o conselheiro falou não seria o odor? Sulfeto é a forma de gás, não tem como analisar sulfeto em liquido, sulfeto é gás, por isso que eu acho que não faz sentido. JOSE ROBERTO (SUPRAM) Seria sulfato. SILVIA (PRESIDENTE) Colocamos em votação o parecer da Supram do item 8.4 da Inpa. Os senhores conselheiros que concordarem com o parecer na forma como está permaneçam como estão ou manifeste voto contrario, sem alteração da conselheira Nathalia. Processo aprovado. Item **8.5 - TP Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.** Destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) Equipe técnica por favor é a respeito também do automonitoramento dos veículos a Diesel. JOSE ROBERTO (SUPRAM) Dr. Carlos, agente concorda que seja incluso. SILVIA (PRESIDENTE) Mais algum questionamento Srs. Conselheiros, Sr. Carlos Valera foi esclarecido? Então vamos colocar em votação o item 8.5 – TP Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, os Srs. Conselheiros que concordarem com parecer da Supram, com alteração da condicionante da Supram número cinco no anexo dois permaneça como está ou manifeste voto contrario. Parecer aprovado. Item 9.1 **Laticínios Tirolez Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos laticínios - Arapuá/MG - PA/Nº 00102/1997/007/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.** Destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) Também é um empreendimento classe cinco, então nos queríamos propor a condicionante da Lei do Snuc com a redação padrão da Supram. Então vamos colocar em votação o parecer da Supram e depois agente coloca em votação a inclusão da condicionante número seis proposta pelo Ministério Público. Então os Srs. Conselheiros que concordarem com parecer da Supram permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Parecer aprovado. Vamos votar agora a inclusão da condicionante número seis com a seguinte redação: “Protocolar perante a gerencia de compensação ambiental do IEF no prazo Maximo de 30 dias contado do recebimento da





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO  
Secretaria Executiva do COPAM

licença processo de compensação ambiental conforme procedimentos estipulados pela portaria IEF nº 55 de 23 de abril de 2002. Em votação. Os Sres. Conselheiros que concordarem com a inclusão da condicionante permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. THIAGO (FIEMG) Voto contra por entender que não existe no parecer a quantificação do metal. (Não se identificou) Voto contra. FLAVIO (SEDE) Também voto contra. SIMONE (ABES) Voto contra. FABIO (FEDERAMINAS) Contra. SILVIA (PRESIDENTE) Srs. Conselheiros a Kamila está aqui chamando a atenção que todo voto contra tem que ser justificado. Então nos vamos pedir que cada um dos conselheiros justifique seu voto. THIAGO (FIEMG) Justificando por entender que no parecer não existe a quantificação que vincula a compensação dentro do parecer. (Não se identificou) O que gera uma inadequação da norma, eu entendo assim. FLAVIO (SEDE) Acompanhando a justificativo do conselheiro Thiago. SIMONE (ABES) Voto contra pelos mesmos motivos. FABIO (FEDERAMINAS) Também e pelo tipo de empreendimento, isso já ate foi discutido aqui algumas vezes, meu voto é contra. SILVIA (PRESIDENTE) Condicionante aprovada com voto contrario de cinco conselheiros. Item **9.3 Bunge Fertilizantes S.A.** - Destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) Mais uma vez, saber das frota dos veículos movidos a Diesel. JOSE ROBERTO (SUPRAM) Agente concorda que seja incluído, conversei com empreendedor e ele tem terceirizado, tendo que colocar. SILVIA (PRESIDENTE) Mais algum questionamento Sres. Conselheiros? Então colocamos em votação o parecer da Supram, no item 9.3 – Bunge Fertilizantes com a alteração da condicionante número cinco para inclusão no anexo 2 (dois) do automonitoramento da frota a diesel, os Srs. Conselheiros que concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Parecer aprovado. SILVIA (PRESIDENTE) Srs. Conselheiros, antes da finalização da nossa reunião, já que tratamos os assuntos gerais no inicio, eu gostaria de apenas comentar sobre o processo da reunião anterior, processo do Elcio Conceição Custodio, onde o professor Sylvio solicitou informações sobre a área da reserva legal a Supram ela encaminhou para todos vocês por email esse relatório, então ficou de ser apresentado nessa reunião, mas já foi encaminhado por email esclarecendo a duvida do conselheiro, e então atendemos a solicitação de vocês. Então neste momento não havendo mais nada a ser tratado encerramos nossa reunião. Uma boa tarde a todos. **Item 12 - Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. [Uberlândia, 30 de maio de 2012.](#)

SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)